

# A dimensão humana do espaço urbano: intervenções alternativas ao planejamento convencional.

**Suzany Rangel Ramos**  
Universidade de Vila Velha – Brasil  
[suzany.r@hotmail.com](mailto:suzany.r@hotmail.com)

**Larissa Letícia Andara Ramos**  
Universidade de Vila Velha – Brasil  
[larissa.ramos@uvv.br](mailto:larissa.ramos@uvv.br)

**Ana Paula Rabello Lyra**  
Universidade de Vila Velha – Brasil  
[ana.lyra@uvv.br](mailto:ana.lyra@uvv.br)

## ABSTRACT

*The contemporary urban planning is a theme that encompasses broad discussions about the spatial needs that influence the appropriation and living of the urban population. Nowadays the way of thinking the cities, influenced by the modernist urban movement, disregards the traditional function of the city to promote public spaces of coexistence. The modernist principles of zoning and functionalism suppress the city open spaces. Those spaces should be used by pedestrians and give the priority to the implementation of self-sufficient buildings in urban permeable scenarios. Thus, considering the problem of the lack of humanistic vision about the planning of contemporary cities, the following work intends to warn about the importance of the human dimension of planning for the promotion of city quality of life along with some possibilities of alternative interventions to conventional planning. It is focused on the discussions about tactical urbanism and placemaking, two typologies of recurrent temporary interventions that seek to soften, in a participatory and creative way, the lack of spaces towards a healthy appropriation. The research started with a literature review about the criticisms and solutions discussed by contemporary authors. The aim of this work is to contribute to the dissemination of the principles of urban planning in the human scale and the incentive to the practice of social initiatives. It is an effort to humanize the urban space and, consequently, to improve the population quality of life.*

**Keywords:** Human Scale; Tactical Urbanism; Placemaking; Open Space; Urban Dignity.

## 1. INTRODUÇÃO

A dimensão humana é um tópico do planejamento urbano que, a partir da ascensão dos ideais ortodoxos do urbanismo modernista, foi deixado como segundo plano. Esse modelo de cidade, replicado mundialmente até os dias atuais, traz consigo um padrão racionalista, individualista e mecanizado, que privilegia, sobretudo, o uso do automóvel, a implantação de edifícios verticalizados de arquitetura rápida e o zoneamento das funções. Situação que, gera grandes distâncias onde se verifica uma baixa prioridade ao espaço urbano como local de encontro, função tradicional de sua origem

As cidades tradicionais eram estruturas orgânicas que cresciam de acordo com as necessidades humanas, respeitando as escalas e proporções demandadas pelas atividades cotidianas. Com o modernismo, as decisões projetuais passam a ser concebidas sem considerar o contexto local, o que resulta numa escala desconfortável para a vivência urbana. O automóvel passa a ser o elemento essencial da cidade, sendo assim responsável por reformular a paisagem e o estilo de vida da população em prol de suas necessidades espaciais, e por interferir diretamente no espaço que antes era dedicado ao pedestre e agora às largas vias expressas (JACOBS, 2011; GEHL, 2015; SPECK, 2017).

O planejamento modernista, com seus princípios urbanísticos racionais e funcionais, se dedicou à produção de cidades simplificadas e sem significado, implantadas em grande escala, priorizando veículos e edifícios autossuficientes, o que tornou a cidade um espaço monótono, desestimulante, impessoal e indiferente. As críticas a esse modelo de urbanismo se consolidaram em produções bibliográficas nas últimas décadas do século XX, e desde o início do século XXI vêm se intensificando, da mesma forma em que cresce a demanda e a necessidade por espaços que realmente valorizem a população e promovam condições adequadas à qualidade de vida em meio urbano.

Para que a produção de espaços públicos favoreça de fato a vida urbana coletiva, é necessário que se compreenda as especificidades da escala humana do planejamento urbano, negligenciada na ideologia modernista e ainda hoje, de forma a alcançar o ideal de cidades que permitam a total experiência e apropriação urbana, além disso deve-se entender e estudar a dinâmica da vida na cidade e seu contexto social, político, econômico e cultura, para que se possa direcionar as intervenções realacionadas às funções e atividades desempenhadas em meio urbano.

As produções acadêmicas dos últimos anos incentivam cada vez mais a luta por cidades democráticas e inclusivas, e inspiram organizações sociais que, além de reivindicar por melhorias, promovem ações de iniciativa privada para intervenções pontuais nas cidades. É importante ressaltar que o planejamento urbano e as intervenções convencionais realizadas pelo poder público tem papel fundamental na construção de espaços urbanos de qualidade, porém, é fato que esses grandes projetos são estruturas complexas, que além de tempo, demandam maior investimento.

Dessa forma, faz-se necessário o desenvolvimento de soluções alternativas ao planejamento convencional, que intervenham na cidade através de pequenos projetos pontuais, marcados pelo caráter temporário; baixo custo; rapidez na implantação; e principalmente pela possibilidade do engajamento social da população local, gerando maior identificação pelo espaço vivenciado, que, apesar de efêmeras, exploram as possibilidades do lugar e impactam significativamente na dinâmica de apropriação, vivência e percepção do espaço urbano, contribuindo para mudanças a longo prazo (LYNDON e GARCIA, 2015).

Diante desse contexto, o presente trabalho busca apresentar a importância da dimensão humana do planejamento urbano para a qualidade de vida da população, pontuando características do espaço urbano favoráveis a interação homem-cidade, além de trazer como contribuição algumas possibilidades de intervenções alternativas ao planejamento urbano convencional, que buscam amenizar de forma criativa e participativa a problemática da desumanização e mecanização do espaço público da cidade contemporânea, com foco nas discussões sobre o urbanismo tático e o *placemaking*, duas tipologias de intervenções temporárias recorrentes na atualidade.

O método utilizado para elaboração do trabalho envolve a pesquisa teórica de temas relacionados à produção de cidades na escala humana, sendo revisadas publicações de autores como Jane Jacobs (2011), Jan Gehl (2015), Hans Karssenberget al (2015) e Jeff Speck (2017), que tratam do assunto, e relacionados às intervenções temporárias que buscam simplificar o processo de requalificação urbana, utilizando como principal referência as produções de Mike Lyndon e Anthony Garcia (2015) sobre urbanismo tático e da organização *Project for Public Spaces (PPS)* sobre *placemaking*.

## 2. A DIMENSÃO HUMANA DO PLANEJAMENTO URBANO

O planejamento urbano é uma disciplina que envolve diferentes níveis e escalas de intervenção nas cidades, levando em consideração as dinâmicas sociais, econômicas, políticas, ambientais e culturais, com objetivo de melhorar a infraestrutura urbana e promover melhor qualidade de vida para a população. A grande-escala do planejamento se refere à compreensão holística da cidade, onde se tem uma perspectiva aérea com maior distância de visualização; a média-escala preocupa-se em resolver o planejamento de partes específicas da cidade, como os bairros, solucionando, por exemplo, a distribuição e implantação de espaços públicos e edifícios da cidade; a pequena-escala é o planejamento da dimensão e paisagem humana, onde a cidade é vivenciada por seus usuários à nível dos olhos, e o que interessa é a percepção dos que circulam e permanecem no espaço urbano (GEHL, 2015).

De acordo com Karssenberget al (2015), a compreensão da cidade ao nível dos olhos ainda é uma área relativamente recente e pouco desenvolvida pelos urbanistas contemporâneos, sendo assim faz-se necessário projetos de tentativa e erro, com objetivo de compreender o funcionamento e a dinâmica decorrente das intervenções na escala humana, a fim de produzir conhecimento e estabelecer novas orientações e normas. As cidades são, por tradição, espaços cuja função social é promover o encontro e a troca de bens, experiências e ideais, contribuindo para alcançar a sustentabilidade social, cujo foco é permitir o acesso igualitário e democrático de vários grupos sociais ao espaço público urbano, permitindo contato entre realidades diferentes e liberdade de expressão. Porém, com a ascensão das novas ideologias de planejamento, a condição para a vida urbana tornou-se um assunto esquecido, e a paisagem humana das cidades não recebeu a devida atenção.

O planejamento de infraestruturas urbanas influencia diretamente o comportamento humano e a dinâmica de apropriação do espaço, e sua qualidade física é um fator importante para estimular a prática de atividades ao ar livre que vão além de simplesmente circular pela cidade. Dessa forma, a prática da escala humana deve ser inerente ao tecido urbano, criando espaços públicos convidativos que acolham e acomodem seus usuários e ofereçam boas oportunidades que reforcem a participação na vida urbana. Para que a esfera pública funcione de fato, é preciso que o espaço urbano seja conveniente para sustentar a diversidade, versatilidade e complexidade da combinação de atividades e a densa concentração de pessoas, assegurando, dentre outros fatores, a segurança, proteção e qualidade visual (JACOBS, 2011; GEHL, 2015; KASSENBERG et al, 2015).

“Se as cidades e os edifícios pretendem atrair as pessoas para virem e permanecerem em seus espaços públicos, a escala humana vai exigir nova e consistente abordagem. A difundida prática de planejar do alto e de fora da cidade deve ser substituída por novos procedimentos de planejamento de dentro e de baixo, seguindo o princípio: primeiro a vida, depois o espaço e só então os edifícios” (GEHL, 2015, p. 198).

A esfera pública da cidade é um palco de expressão humana, sendo assim, seu planejamento deve incluir soluções para intervenções ao nível dos olhos, o que inclui o tratamento das fachadas dos prédios e seus andares térreos, as ruas, as praças, e tudo aquilo que é visível na dimensão do pedestre. O desenho urbano na pequena-escala afeta o corpo humano, seus sentidos e mobilidade, e, conseqüentemente, induz a uma experiência positiva ou negativa da cidade. A vitalidade, diversidade e densidade são aspectos importantes e qualidades desejáveis para a humanização das cidades, que, ao combinar oportunidades econômicas e sociais, constituem espaços urbanos bem-sucedidos na escala humana.

Dentre as características que sustentam essa dinâmica, destaca-se: a) a estrutura urbana compacta – as quadras devem ser curtas, a fim de variar as oportunidades de trajetos e criar ruas frequentes e vibrantes, diminuindo as distâncias dos deslocamentos de pedestres e ciclistas; b) a combinação de usos e alta densidade de usuários – a variedade de usos gera alta concentração de pessoas, e conseqüentemente, estimula as experiências e trocas sociais importantes para o aumento da segurança real e percebida; f) a boa qualidade do espaço público – deve-se propor espaços convidativos, que reforcem a permanência, apropriação e promovam encontros (JACOBS, 2011; GEHL, 2015; KASSENBERG et al, 2015).

**Figura 1.** Térreo ativo, rua vibrante.



**Fonte:** Karssenberget al, 2015.

Um importante elemento a ser considerado para a qualificação do espaço urbano na dimensão humana são os andares térreos das edificações, também denominados por Karssenberget al (2015) como “Plinths”. Seu impacto na vida urbana é decisivo ao promover o contato entre o ambiente privado e a esfera pública da cidade, sendo cruciais para a experiência e atratividade do espaço urbano. O andar térreo, apesar de ocupar em torno de 10% das edificações, determina em aproximadamente 90% da contribuição do prédio à experiência ao nível dos olhos, dessa forma, quando são interessantes e variados, o ambiente se torna convidativo e enriquecedor.



Os edifícios de boa arquitetura são amigáveis à experiência humana e criam zonas de transição, que funcionam como áreas para atividades que ligam as funções do espaço privado com o espaço público, ativando a presença de usuários e contribuindo para a vitalidade urbana. Transformar os térreos das edificações em fachadas ativas é fundamental para tornar as ruas ambientes mais simpáticos, onde os pedestres andam mais devagar, param, se encontram, realizam atividades não-programadas, e têm a oportunidade de interagir com o interior da edificação sem precisar acessá-la. Essa relação entre arquitetura e espaço urbano gera maior dinâmica na vivência e apropriação, tornando as cidades lugares mais interessantes, vibrantes e qualificados para se viver.

### 3. INTERVENÇÕES ALTERNATIVAS

O planejamento urbano convencional é um processo burocrático, que requer tempo para o desenvolvimento de suas etapas, envolvimento de profissionais de diversas áreas de atuação, mudanças na estrutura da cidade que geram alguns transtornos na fase de implementação, além de ser necessário disponibilidade de recursos para execução dos projetos. Como alternativa ao modelo tradicional de se pensar as cidades cria-se estratégias de curto prazo, que atua na pequena escala do planejamento, com objetivo de desenvolver pequenos projetos que incentivam ações espontâneas e o engajamento da sociedade, motivando a permanência das pessoas na cidade (KARSSENBERG et al, 2015; GEHL, 2015).

Essas ações podem ser denominadas intervenções temporárias, e segundo Sansão Fontes (2011) são ferramentas que exploram as possibilidades do lugar, revelam novas vocações, fazem da cidade um espaço de experimentação e teste, permitem futuras transformações, geram baixo impacto na estrutura física da cidade e alto impacto na forma de apropriação do espaço, sem a necessidade de muito investimento. Atuam, principalmente, na recuperação de espaços degradados ou subutilizados, combinando arte pública, design e arquitetura para criação de espaços alternativos que proporcionem melhores oportunidades de vivenciar o ambiente urbano (LYDON e GARCIA, 2015).

#### 3.1 Placemaking

Essa tipologia de intervenção, abordada pela PPS (*Project for Public Spaces*) desde a década de 1990, baseia-se nos ideais de cidades para pessoas disseminados por Jane Jacobs e William Whyte nos anos 1960 que evidenciam a importância social e cultural da produção de espaços públicos convidativos a apropriação humana, sendo caracterizada por ser tanto um processo quanto uma filosofia, cujo objetivo é a revitalização do espaço, onde a função supera sua forma e as pessoas são o maior recurso utilizado. Essa ação é desempenhada plenamente quando o espaço público é acessado e desfrutado por pessoas com diferentes idades, habilidades e origens socioeconômicas, que, além disso, desempenham papel fundamental na identidade, criação e manutenção do espaço (PPS, 2018).

É uma abordagem que inspira as pessoas a reimaginarem e reinventarem o espaço coletivo, num processo colaborativo que fortalece a conexão entre pessoas e lugares, contribuindo para a saúde, o bem-estar e a felicidade das pessoas. Sua implementação em pequena escala traz benefícios imediatos, que estimulam mudanças e evoluções a longo prazo, e principalmente evita a falta de utilização de espaços planejados por profissionais que desconsideram o contexto e realidade da comunidade (PPS, 2018).

O Placemaking é uma estratégia que torna o espaço público apto a sustentar interações sociais e trocas econômicas, promovendo o bem-estar dos usuários através da mobilização da própria comunidade. Não é uma estratégia de desenho urbano, e sim de envolvimento e conexão entre pessoas que tem como objetivo modificar o espaço e dar vida ao espaço. É uma ação de baixo custo; de experimentação; que causa apego emocional; e é considerado um modo vida, onde a comunidade desfruta das possibilidades locais, conectando outras pessoas que de fato vivem o lugar. É um processo que não depende dos profissionais e sim da própria comunidade, que são totalmente engajadas nas atividades de forma a contribuir com a energia criativa (KARSSENBERG et al, 2015).

Essa forma de intervenção na cidade permite que as pessoas compartilhem, experimentem e criem vínculos maiores com o lugar a partir da interação com desconhecidos e do contato com a arte. É uma atividade que promove a reinvenção da coletividade do espaço compartilhado e cria uma identidade física e cultural fortalecida que estimula a evolução de suas qualidades. O processo envolve a observação das apropriações existentes e perguntas aos usuários, a fim de compreender as reais demandas do espaço, e o sucesso do espaço depende da gestão e análise contínua (PPS, 2018).

Para que o Placemaking seja um processo qualificado, faz-se necessário: a) coesão na integração das diferentes opiniões sobre a intervenção no espaço, para entender e atender as reais demandas da população; b) traduzir o planejamento colaborativo num programa de usos e atividades, importante para que o espaço seja de fato usufruído por variados públicos; e c) garantir que a implementação do plano seja realizada de forma sustentável, através da utilização de materiais reutilizáveis, de baixo custo e de fácil acesso; assim, a partir da compreensão da visão compartilhada de seu contexto, é possível tornar real a intervenção no espaço público (PPS, 2018).

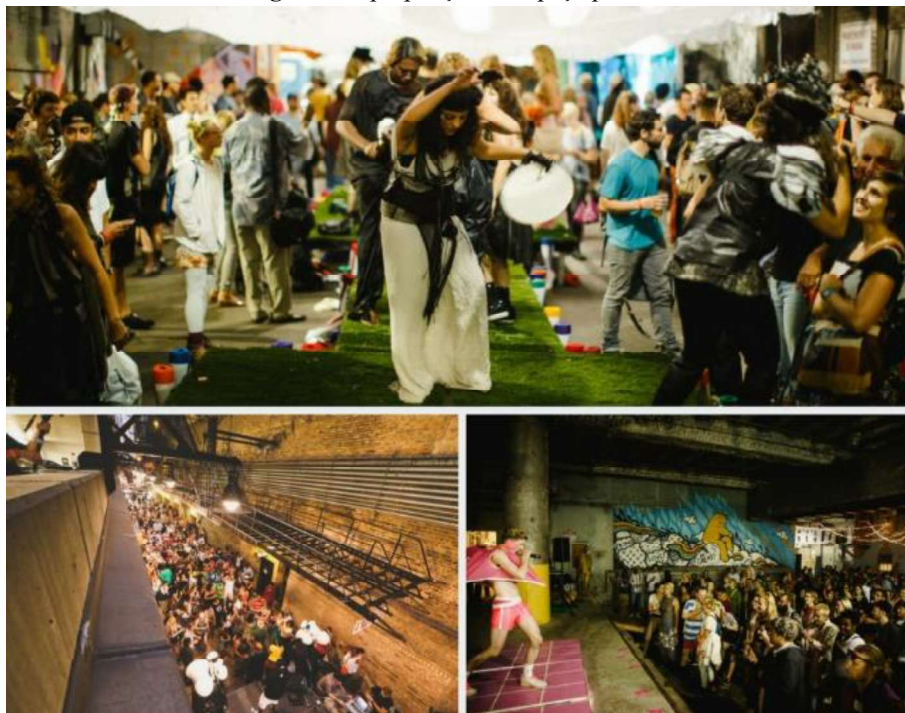
**Figura 2.** Apropriação do espaço público.



Fonte: PPS, 2018.

A PPS (2018) elenca 11 (onze) elementos-chave para a transformação dos espaços públicos através do Placemaking: 1) a comunidade é a especialista – é de onde vem as informações sobre o funcionamento do espaço e seu significado; 2) criar um lugar, não um desenho – produção de um cenário com atividades coletivas que gerem pertencimento; 3) procurar parceiros – são essenciais para o sucesso e futuro da intervenção; 4) pode-se ver muito apenas observando – através da observação das pessoas no espaço ficam claras suas demandas e necessidades; 5) tenha uma visão – deve-se sair de cada comunidade individual; 6) começar com o mais leve, mais rápido e mais barato – de forma a experimentar melhorias a curto prazo; 7) triangular – disposição de elementos de forma a estimular ligações; 8) sempre dizem “não pode ser feito” – o setor público ou privado impõem obstáculos às ações; 9) formulário de suporte – a compreensão de como funciona o espaço vem do estudo realizado com a comunidade; 10) dinheiro não é problema – os custos não são significativos quando comparados com os benefícios; 11) você nunca terminou – o espaço sempre estará em constante mutação, respondendo as necessidades e opiniões de seus usuários.

**Figura 3.** Apropriação do espaço público.



Fonte: PPS, 2018.

### 3.2 Urbanismo Tático

O urbanismo tático é uma abordagem de construção e a ativação do espaço público, que, através de pequenas intervenções e políticas de curto prazo, baixo custo, rapidez e facilidade na execução, serve como resposta imediata as demandas da população, e funciona como ação parcial e teste para projetos que visam transformações maiores. É uma resposta ao lento processo de construção da cidade convencional, realizada num processo colaborativo entre governos, empresas, organizações e cidadãos, que estimula o potencial criativo e a interação social, e recupera o espaço público que não cumpre sua função social (LYDON et al, 2011).



Também caracteriza-se por ser um protesto, onde os cidadãos exercem seu direito à cidade através da implementação de protótipos que possibilitam mudanças que contornam as burocracias municipais. Ao contrário do planejamento convencional, um sistema ordenado idealizado por engenheiros e urbanistas, o urbanismo tático é visto como caótico por envolver agentes leigos, o que na verdade o torna um processo mais inteligente e efetivo que o convencional. Esse tipo de intervenção tem como premissa o investimento sustentável, onde os esforços concentram-se em criar expectativas reais, que contribuirão de fato para a qualidade de vida no meio urbano (LYDON et al, 2011).

**Figura 4.** Urbanismo tático para humanização de avenidas.



**Fonte:** LYDON e HARTLEY, 2014.

O foco dessa tipologia, diferentemente da estratégia de Placemaking, é intervir no desenho das ruas e espaços públicos, e, através das mudanças físicas, incentivar a apropriação do espaço. O Urbanismo Tático também é conhecido como Acupuntura Urbana ou Prototipagem Urbana, devido sua característica de atuar em pequenos pontos da cidade, como uma célula que altera as funções do organismo em que se insere, visando catalisar mudanças em longo prazo (LYDON et al, 2011).

De acordo com Lydon e Garcia (2016) existem alguns elementos característicos das intervenções táticas no espaço urbano, que são possíveis de serem implantados com a utilização de materiais simples e de fácil acesso: a) elementos de barreira: criam barreiras físicas ou visuais entre os veículos motorizados, pedestres e ciclistas; b) tratamentos de superfície: aplicação de tipos de pavimentação alternativos, demarcação de áreas através de pinturas criativas e coloridas; c) mobiliário urbano: elemento importante para qualquer espaço público, que proporciona maiores possibilidades de apropriação do espaço; d) elementos paisagísticos: elevam o nível estético da intervenção, estimulam aspectos sensoriais e reduzem a velocidade da circulação de veículos e pessoas; e) sinalização: auxilia na segurança, com instruções, informações e identificação do espaço ; f) programação: quais atividades serão realizadas no novo espaço público?



Figura 5. Urbanismo tático para humanização de avenidas



Fonte: LYDON e HARTLEY, 2014.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dimensão humana, tratada neste trabalho como escala fundamental do planejamento urbano contemporâneo, é um tema em ascensão, decorrente de um processo crítico ao modernismo ortodoxo que disseminou um modelo urbanístico disperso, mecanizado e individualista, cuja relevância promove discussões importantes sobre a vivência humana no espaço urbano. A qualidade de vida na cidade é um tema urgente, com uma demanda crescente que o planejamento urbano convencional não consegue atender de forma rápida e eficiente. O processo de melhorias urbana demanda tempo, altos investimentos e disponibilidade de profissionais habilitados a por o projeto em prática. Além disso, é um processo burocrático que depende do interesse do poder público, o que incentiva a sociedade a buscar meios alternativos de intervenção no espaço coletivo, como ilustrado neste trabalho.

As tipologias de intervenção urbanística aqui apresentadas – Placemaking e Urbanismo Tático - são estratégias, alternativas ao planejamento urbano convencional, complementares, que, ao serem combinadas, aumentam as oportunidades de apropriação e vivência urbanas dos usuários e habitantes da cidade. O Placemaking, processo de transformação que propõe a ocupação do espaço urbano, incentiva maior ação das pessoas, e promove atividades criativas de lazer e entretenimento de forma temporária. Já o Urbanismo Tático é um intervenção que envolve ações de desenho urbano e mudanças físicas no espaço, a fim de atrair maior número de pessoas para experimentar o espaço público.

Espera-se com essa produção incentivar o aprofundamento da discussão sobre a importância da dimensão humana do planejamento urbano da cidade contemporânea, seus benefícios e relevância; além de incentivar a busca por alternativas sustentáveis e colaborativas que envolvem soluções rápidas e eficientes para melhorar a qualidade de vida no espaço urbano.

## REFERÊNCIAS

GEHL, Jan. **Cidade para pessoas**. Trad. Anita Di Marco. São Paulo: Perspectiva, 2015.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins, 2011.

KARSSENBERG, Hans, et al. **A cidade a nível dos olhos: lições para os plinths**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015.

SPECK, Jeff. **Cidade caminhável**. São Paulo: Perspectiva, 2017

LYDON, Myke; BARTMAN, Dan; WOULDSTRA, Ronald; KHAWARZAD, Aurash. **Tactical Urbanism 1: Short-term Action for Long-term Change**. The Street Plans Collaborative, 2011. Disponível em: <[https://issuu.com/streetplanscollaborative/docs/tactical\\_urbanism\\_vol.1](https://issuu.com/streetplanscollaborative/docs/tactical_urbanism_vol.1)> Acesso em: 30/07/2018.

LYDON, Mike; GARCIA, Anthony. **Tactical Urbanist's Guide: to materials and design**. The Street Plans Collaborative, 2016. <Disponível em: <http://tacticalurbanismguide.com/>>. Acesso em: 30/07/2018.

LYDON, Mike; HARTLEY, Lucinda. **Tactical Urbanism 4: Australia & New Zealand**. The Street Plans Collaborative and CoDesing Studio, 2014 Disponível em: <[https://issuu.com/codesignstudio/docs/tacticalurbanismvol4\\_141020](https://issuu.com/codesignstudio/docs/tacticalurbanismvol4_141020)>. Acesso em: 30/07/2018

Project for Public Spaces (PPS). **What is Placemaking**. Disponível em: <<https://www.pps.org/article/what-is-placemaking>> Acesso em: 30/07/2018

Project for Public Spaces (PPS). **The Placemaking Process**. Disponível em: <<https://www.pps.org/article/5-steps-to-making-places>> Acesso em: 30/07/2018

Project for Public Spaces (PPS). **Eleven Principles for Creating Great Community Places**. Disponível em: <<https://www.pps.org/article/11steps>> Acesso em: 30/07/2018